



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

REQUERIMENTO Nº DE

Nos termos do art. 71, inciso IV da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal, requiero que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, que realize auditoria sobre falhas e ineficiência no atendimento e na prestação dos serviços do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que resultaram na paralização das análises de pedidos de concessão de benefícios, de revisão de benefícios e na formação de enormes filas de espera (o chamado “apagão do INSS”).

JUSTIFICAÇÃO

Constata-se uma enorme crise gerencial e operacional no INSS, que vários veículos de comunicação e especialistas previdenciários chamam de “apagão do INSS”. São filas para atendimento, paralização na análise dos pedidos de benefícios (aposentadoria, auxílio-doença, licença maternidade etc.) ou mesmo adiamento, sem data certa, dos pedidos de revisão. Segundo dados divulgados por meios de comunicação, atualmente, cerca de 1,3 milhão de segurados esperam pela análise de requerimentos por período superior ao prazo legal de 45 dias. Ao todo, a fila tem cerca de 2 milhões de pessoas à espera de um benefício.

Vale dizer que o “apagão do INSS” atrasa o início da operação peneira do governo Jair Bolsonaro em benefícios por incapacidade e no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Após seguidos adiamentos em 2019, a Secretaria de Previdência havia comunicado a intenção de iniciar as revisões neste mês de fevereiro de 2020, o que acabou por não acontecer até o presente momento.



O INSS enfrenta esse apagão decorrente da redução de pessoal, devido à aposentadoria de servidores sem reposição por meio de novos concursos, e pelo crescimento na quantidade de pedidos de benefícios nos meses que antecederam a reforma da Previdência, o que era plenamente previsível. Ou seja, trata-se de completa falta de planejamento e boa gestão administrativa.

Assim, o advogado especialista em direito previdenciário, Guilherme Portanova, afirmou ao *Jornal Brasil Atual*, edição da tarde, que o chamado "apagão do INSS" estava previsto há cinco anos, devido à aposentadoria de 10 mil servidores do INSS nos últimos dois anos, a falta de concursos públicos, virtualização das agências, ao fato de a Dataprev demitir 15% do seu quadro de funcionários e fechar várias unidades.

Para colaborar com essa argumentação, vale destacar que o Ministério Público Federal (MPF), conforme divulgada no site oficial da instituição, ajuizou, em agosto de 2019, ação civil pública contra a União e o INSS, solicitando que fossem contratados, de forma temporária, funcionários em número suficiente para atender às demandas acumuladas há mais de 60 dias no instituto e que fosse realizado concurso para provimento de cargos efetivos vagos.

O Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) alertou para a redução do funcionalismo do INSS ainda em 2018. Segundo o diretor do IBPD, o presidente do INSS à época, Edilson Garcia, em reunião com diversas entidades em julho de 2018, afirmou que 55% dos servidores do órgão se aposentariam em 2019.

No fim de 2018, a estimativa do próprio INSS era de que mais da metade dos funcionários poderiam se aposentar no ano de 2019. Na ocasião, o INSS chegou a pedir ao Ministério do Planejamento um concurso para preencher 7.888 vagas, mas não foi atendido. Aqui merece ressaltar: esse número é o mesmo quantitativo de militares da reserva que o governo pretende convocar para o apoio a novas análises pelo INSS.

Isso posto, visando o encaminhamento da questão, solicita-se a realização de auditoria sobre falhas e ineficiência no atendimento e na prestação dos serviços prestados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que resultou na paralização das análises de pedidos de concessão de benefícios, de revisão nos benefícios e formação de enormes filas de espera (o “apagão do INSS”).

Sala das Sessões, de de .

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)
Líder do PT

